



Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA



**O ADOECIMENTO MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS E OS IMPACTOS DA
COVID-19**

RENATA MOREIRA SILVA

MARIANA – MG
2022

RENATA MOREIRA SILVA

**O ADOECIMENTO MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS E OS IMPACTOS DA
COVID-19**

Monografia apresentada à banca
examinadora como requisito parcial para
a obtenção do título

Orientador: Professor Dr. Roberto Coelho
do Carmo

MARIANA - MG
2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586a Silva, Renata Moreira.
O adoecimento mental dos universitários e os impactos da COVID-19.
[manuscrito] / Renata Moreira Silva. - 2022.
50 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Saúde mental. 2. Pandemia. 3. Coronavírus. 4. Educação. 5. Ensino superior. I. Carmo, Roberto Coelho do. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4:613.86

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Renata Moreira da Silva

O adoecimento mental dos universitários e os impactos da covid-19

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 22 de junho de 2022

Membros da banca

Dr. Roberto Coelho do Carmo - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Vanderlei Martini - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
Dra. Alessandra Ribeiro de Souza - Universidade Federal de Ouro Preto

Roberto Coelho do Carmo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/07/2022



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/07/2022, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0369078** e o código CRC **3422D35F**.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a intercessão de São Sebastião, Nossa Senhora da Glória e Senhora Aparecida pelo caminho percorrido até aqui, sem minha fé nada disso seria possível.

“Sonho que se sonha junto é realidade”. Com essa frase, dou início aos meus agradecimentos a minha família, em especial aos meus pais José Alberto e Maria Célia, a minha irmã Flávia e meu cunhado Felipe. Obrigada por estarem comigo desde o começo.

Ao Raphael, pelo amor e companheirismo nessa reta final, obrigada por me dar forças para continuar mesmo quando muitas coisas foram difíceis. Partilhar minha vida com você é incrível!

Aos meus primos Laís, Lucas, Júlia e Henrique, significado de primeiras amizades desde a infância. As minhas queridas tias e por vezes minhas outras mães: Pare, Glória, Dora, Fátima e Angela por todo carinho comigo.

A minha vovó Lelena, que mesmo não estando presente fisicamente me proporcionou muitos momentos felizes. Com a senhora aprendi o significado da palavra “cuidado”. Obrigada vovó pelas vezes que me esperou até tarde ao longo dessa trajetória. Te amo eternamente.

A turma 17.1, em especial aos meus amigos: Ana Luiza, Beatriz, Daniel e Nathalia. Obrigada pelas inúmeras vezes de apoio, risadas e até mesmo brigas ao longo desses 4 anos. O caminho percorrido até a formação ao lado de vocês tornou-se mais leve!

A assistente social Flávia Mendes, demais trabalhadores e usuários do CAPS II “Casa dos Artistas” em Ouro Preto, onde estagiei durante os três períodos. Foram momentos enriquecedores ao lado de todos vocês!

A Escola Estadual Coronel Benjamin Guimarães e Colégio Providência, onde iniciei e continuei meus estudos e a todos os professores que contribuíram para a minha formação até aqui.

A Universidade Federal de Ouro Preto, pelo ensino público e de qualidade, ainda que em tempos tão conturbados. Em especial ao meu orientador Roberto Coelho do Carmo, pelo incentivo para concluir o trabalho de conclusão de curso.

E por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse curso fosse concluído. O meu muito obrigada a todos que estiveram ao meu lado!

“Saber esperar é uma virtude! Aceitar, sem questionar, que cada coisa tem um tempo certo para acontecer... é ter Fé!”

RESUMO

O presente trabalho propõe a discutir o adoecimento mental dos estudantes universitários, principalmente dentro do contexto pandêmico da Covid-19. Para isso, buscamos apresentar a educação como um objeto mercantilizado no sistema de produção capitalista. Logo após, buscamos analisar a trajetória da educação brasileira até o momento atual. Por fim, conciliamos o tema educação, saúde mental e pandemia para concluir o objetivo do trabalho.

Palavras-chave: educação; pandemia; saúde mental

ABSTRACT

This paper proposes to discuss the mental illness of university students, especially within the pandemic context of Covid-19. For this, we seek to present education as a mercantiled object in the capitalist production system. Soon after, we sought to analyze the trajectory of Brazilian education up to the present moment. Finally, we reconciled the theme education, mental health and pandemic to complete the objective of the work.

Keywords: education; pandemic; mental health

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 – A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO EMANCIPATÓRIO VERSUS A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REIFICAÇÃO	10
Capítulo 2 – BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	16
Capítulo 3 – EDUCAÇÃO E DOENÇA MENTAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM CONTEXTO PANDÊMICO	25
<i>3.1 - Pandemia e desigualdade.....</i>	<i>25</i>
<i>3.2 - Educação e Pandemia</i>	<i>27</i>
<i>3.3 - Pandemia, saúde mental e educação</i>	<i>34</i>
Considerações finais	43
Referências bibliográficas.....	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto, intitulado como O ADOECIMENTO MENTAL DOS UNIVERSITÁRIOS E OS IMPACTOS DA COVID-19 tem como objetivo ampliar as produções de conhecimentos no âmbito da saúde mental dos estudantes, principalmente relacionada a pandemia de covid-19. A escolha do tema abordado teve como justificativa o interesse pelo campo da saúde mental e pela ausência de maiores debates dentro do âmbito acadêmico.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com objetivo de levantar o debate sobre a saúde/doença mental dos estudantes universitários através de uma pesquisa bibliográfica e documental, fazendo um levantamento e analisando materiais dos meios de comunicação e de indexadores de notícias, além de uma pesquisa bibliográfica com o levantamento de dados e conhecimentos específicos acerca de doenças mentais e educação que já foram publicados e dialogados por diferentes autores em plataformas como Google Acadêmico e plataforma Scielo.

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão (SELLTIZ et al., 1967, apud GIL, 2002, p. 41).

Ainda como metodologia, será explorada de forma qualitativa para concluir todo o objetivo, que, no que se refere ao campo das Ciências Sociais

[...] se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21 - 22).

O presente trabalho será dividido em três capítulos, no qual o primeiro capítulo faz uma abordagem ao tema da educação brasileira, contextualizando como a educação é vista e moldada aos interesses do modo de produção capitalista, além de apresentá-la como um objeto dualista, sendo de reificação e

emancipação, dependendo da forma como ela é moldada. O segundo capítulo será fazendo referência a origem da educação e a trajetória da mesma ao longo dos anos no Brasil como instrumento de serviço aos interesses do capital. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados Scielo, Google Scholar e Google News com descritores “educação”, “estudantes”, “capitalismo”.

E por fim, o terceiro capítulo, que será dividido em três tópicos, abordará temas associados a pandemia, desigualdade, educação e saúde mental. Para isso, a coleta de dados também foi realizada pelas plataformas já citadas acima, mas com novos descritores: “saúde mental”, “universitários”, “isolamento social”, “pandemia” e “Covid-19”. Para construção e recorte do trabalho, filtrou-se publicações em português, dos anos de 2018 a 2020.

Capítulo 1 – A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO EMANCIPATÓRIO VERSUS A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REIFICAÇÃO

O modo de produção capitalista atravessa a nossa vida. Trata-se de uma determinada relação social entre classes ao mesmo tempo antagônicas e dependentes entre si. De um lado, os detentores dos meios de produção, os capitalistas, de outro, aqueles que apenas podem depender da venda de sua força de trabalho. Neste processo de compra e venda de força de trabalho sob o modo de produção capitalista temos a produção de mais-valia pela exploração de trabalho excedente. Isso porque ao vender sua força de trabalho, o trabalhador vende os direitos ao consumo produtivo dessa força de trabalho pelo tempo de uma jornada de trabalho. Comumente o tempo de uma jornada é superior ao tempo necessário de trabalho para garantir a reprodução do trabalho. Este tempo excedente dentro da jornada de trabalho é apropriado privadamente pelo capitalista.

o capitalista não procede a nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas — paga-lhe, mediante o salário, o valor da força de trabalho (isto é, o valor da soma dos valores necessários à produção/reprodução do trabalhador). Entretanto, durante a jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução; e desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo. (NETTO; BRAZ; 2007, p. 106)

O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, vê sua condição humana reificada, pois é reconhecido pelo capitalista como mero meio de produção. Alienando sua força de trabalho, o trabalhador subsume sua personalidade, sua individualidade pois a medida de todos os trabalhos é o dinheiro, o salário, que é medido pelo tempo. Ele vende sua força de trabalho e ainda contribui para o aumento do capital do seu empregador. É o trabalho, como mecanismo de criação de valor que mantém o sistema, uma vez que é com os salários dos trabalhadores que os mesmos podem comprar os bens e serviços oferecidos e assim garantirem o funcionamento do sistema.

Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. (MARX, 2013, p. 313).

Marx (2013) explica que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (p. 326).

De acordo com Diekmann (2018, p. 59), tendo como referência Marx, o mundo é compreendido como o conjunto da totalidade dos processos da ação concreta do homem, da sua práxis, produtora de tudo mais que existe abstratamente no âmbito humano da realidade, encerrada no desenvolvimento histórico e nos modos de produção e consumo segundo o qual os homens vivem e sobrevivem. A práxis do trabalho ocorre quando o homem tem a condição de transformar o objeto da natureza conforme a necessidade desejada. Dessa forma, o trabalho além de ser objetivo para si próprio, consegue exteriorizar para o outro de acordo com a sua necessidade. Segundo o autor, é pelo trabalho que o homem se descobre como ser social. Dessa maneira, todo aspecto cultural é considerado posterior a práxis originária do trabalho.

Os indivíduos buscam através do trabalho melhorar a qualidade de vida, porém, é através do próprio trabalho que acontece a contradição presente no sistema capitalista devido a exploração de um grupo e apropriação privada da mesma. De acordo com Diekmann, a sociedade de consumo movida a desejos fictícios, antinaturais e inumanos, tornou o homem cada vez mais pobre, egoísta e inimigo do outro. O autor conclui que a propriedade privada aliada à necessidade do dinheiro deturpa de tal modo o sentido da vida do homem que nada mais que faça parte da sociedade capitalista e tenha importância para ela escapa dessa quantificação monetária (p. 64).

[...] todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. [...] Portanto, [...] à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja o seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. [...] A acumulação ocasiona uma acumulação de miséria, correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza,

num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto [...]. (MARX, 1984, apud NETTO e BRAZ, 2006, p. 138.)

Para Diekmann, a falta da práxis do trabalho no sistema de produção capitalista ocorre quando a riqueza proveniente do trabalho do operário não volta ele, mas sim fica acumulada detentor do capital, sendo isso uma prática de alienação do trabalhador. Para ele, o homem encontra-se alienado porque não conhece a riqueza que somente o seu trabalho é capaz de produzir ao modificar a natureza, e é assim que está alienado do objeto de sua necessidade, do produto de seu trabalho, do trabalho como tal, e, por tudo isso, alienado de si mesmo enquanto sujeito.

Como em qualquer relação social no capitalismo, a formação acadêmica torna-se apenas um objetivo de inserção no mercado de trabalho altamente disputado. A educação nesse contexto transformou-se apenas em uma mercadoria a ser vendida como mão de obra futura, assim como qualquer relação social. Ela torna-se um processo de reificação, que segundo Marx, constitui no fato do homem perder sua capacidade de subjetivar o seu próprio trabalho, ocorrendo então de maneira alienada. Principalmente dentro do capitalismo contemporâneo, onde a exigência de um trabalhador que executa diversas tarefas é essencial, tendo formações técnicas especializadas e a habilidade de resolver problemas e criar soluções para os mesmos.

A natureza da educação - como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas - está vinculada ao destino do trabalho. Um sistema que se apoia na separação entre trabalho e capital, que requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso a meios para sua realização, necessita, ao mesmo tempo, socializar os valores que permitem a sua reprodução. Se no pré-capitalismo a desigualdade era explícita e assumida como tal, no capitalismo - a sociedade mais desigual de toda a história -, para que se aceite que "todos são iguais diante da lei", se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores na mente das pessoas. (SADER, *apud* MÉSZÁROS, 2005, p. 15)

Segundo Santos (2021, p. 26), o neoliberalismo impõe um novo projeto ideológico, político e econômico, sustentado pela superexploração da mão-de-obra assalariada, na desregulamentação da economia e no corte das ações coesivas do Estado, principalmente no campo social "como a saúde, a segurança, a assistência social, a cultura e, especialmente, a educação.

De acordo com a lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, ela tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo dever da família e do Estado prezar pela mesma.

Para Saviani (2007, p. 154), o ser social e a educação têm origem no trabalho. O autor explica que a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie.

As alterações na relação entre educação e trabalho se deram a partir do momento em que houve a distinção entre classes. Saviani (2007, p. 155) diz que a partir do escravismo antigo, duas modalidades distintas de educação foram criadas: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

Com o modo de produção capitalista, a educação foi moldada para que fosse adequada ao interesse do sistema de maneira que o trabalho se organizasse de forma prioritária. Sendo assim, a educação teria que ser útil ao sistema, ajustando os indivíduos às necessidades do mercado. A partir da Revolução Industrial e substituição da mão de obra humana pela maquinaria, Saviani afirma que houve mudanças educacionais para que a mesma fosse

adequada a produção: “Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica” (SAVIANI, 2007, p. 157).

As formas educacionais foram distinguidas de acordo com a classe social: profissões de atividades manuais não eram ofertadas a elite, mas sim a classe antagônica, sem demandar de sua capacidade criativa. Para a elite, a oferta de educação era composta por uma formação voltada aos intelectuais.

Para Veiga (2013), o autor István Mészáros (2005), em seu livro “A educação para além do capital” analisa a educação fugindo da lógica capitalista em que ela é apenas uma mercadoria, e sim como uma forma de emancipação humana através dela. O papel da educação para o autor é estratégico, justamente por ela estar ligada a possibilidades de curto e longo prazo para superação do capital. Sendo a construção de uma sociedade não baseada na exploração do trabalho.

O projeto educacional de Mészáros é direto e bem orientado: apresentar uma crítica do modelo de educação, passando pela crítica história, desmistificando os instrumentos pro- capital (doutrinação e internalização), caracterizar a aprendizagem como a nossa própria vida e por fim: trabalhar na formação da consciência socialista que em si ajudará a perpetuar transformações sempre correntes e inovadoras na história futura. (VEIGA, p. 6, 2013)

O autor faz uma crítica ao modo como a educação se desenvolve sob o modo de produção capitalista, na qual é doutrinada a não colocar críticas ao próprio sistema e também apresenta todo o potencial da educação e da formação humana para além do capital.

O processo de doutrinação na perspectiva meszariana compreende-se como as tentativas do capital, muitas vezes bem sucedida, de fazer com que os indivíduos sejam educados para aceitar normalmente, naturalmente todas as praticas desenvolvidas pelo capital mesmo que estas sejam alienantes, uma vez que parte desta doutrinação é alimentada pelo discurso de que não há alternativas para o capital, e de na conjuntura social do tempo histórico presente, não é possível pensar um modelo diferente do atual. (VEIGA, p. 3, 2013)

São estas as bases para pensarmos hoje a educação brasileira e o sofrimento dos alunos. Em particular dos alunos do ensino superior em tempo de pandemia. O que observamos de forma preliminar como reflexo do isolamento social, pode sofrer determinações da ordem burguesa, como por exemplo, medo de não estar preparado para o mercado, por conta de uma formação precarizada

e em processo de precarização ainda maior. Vejamos um pouco da trajetória da educação brasileira para melhor aprofundamento no tema.

Capítulo 2 – BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para o andamento do presente trabalho falarei, brevemente, sobre a trajetória da educação brasileira desde o Brasil colônia até o momento atual. É importante entendermos essa trajetória histórica no plano da política internacional, ao espaço relegado à América Latina enquanto periferia do capitalismo.

A história da educação começa no momento em que os jesuítas chegaram ao país, ofertando uma educação moldada pela Igreja Católica com objetivo de catequização dos indivíduos, sendo um trabalho educativo e missionário. Segundo Conceição (2017, p. 2), os jesuítas, além de trazer consigo os principais costumes religiosos e boas condutas de comportamento, trouxeram também sua metodologia de ensino, sua proposta de trabalho pedagógico, que por sua vez era influenciada pelas orientações filosóficas das teorias de Aristóteles e São Tomás de Aquino, principalmente no que se refere à ideia de universalização do ensino. Sua metodologia era embasada por um documento de código pedagógico, plano de estudo, conhecido como *Ratio Studiorum*.

O fim do domínio da Igreja Católica aconteceu quando o primeiro ministro de Portugal não queria atender aos interesses da fé, mas somente ao Estado. Conceição ainda cita outros motivos que fizeram os jesuítas serem expulsos, entre eles: “eles não obedeciam e/ou não respeitavam o Tratado dos Limites entre Portugal e Espanha e havia divergências quanto à forma, posse e domínio com que os jesuítas tomavam e mantinham os indígenas brasileiros” (CONCEIÇÃO, p. 2, 2017).

Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, a educação foi deixada de lado e a economia e a indústria foram os principais interesses. Somente com a chegada de D. João VI, em 1808, a educação voltou a ter destaque, dando início às diversas instituições educativas e primeiros cursos superiores como Direito, Medicina e Engenharia, mas todos focados somente na profissionalização:

Fundaram-se escolas técnicas e academias, para atender à demanda, pois com a abertura dos portos, intensificou-se o contato com outros países e outras culturas. Nesse período, foram criadas: a Academia Real da Marinha, a Academia Militar, o curso de cirurgia, anatomia e, depois, o curso de Medicina. E ainda, foram criados os cursos de Economia, Agricultura, Botânica, Química Industrial, Geologia e Mineralogia, e outros. Mas, cabe ressaltar, que a maioria dos cursos eram rudimentares em sua organização, pois focava somente a profissionalização (Freitag, 1980, p.48 *apud*. PIANA, 2009, p. 61-62).

Mais adiante, no ano de 1822, o interesse pela educação caminhava a passos lentos. Após a Independência, foi criada uma ideia de um sistema educacional, desde escolas primárias até a universidade, porém a qualidade dos cursos ofertados era insatisfatória. Segundo Piana, entre 1889 a 1930, foram fundadas algumas escolas superiores e construídas muitas escolas primárias e secundárias, mas substancialmente pouco se alterou o quadro do sistema educacional. Neste período, o Estado apenas procurou garantir a manutenção dos estabelecimentos considerados como padrão para as demais escolas secundárias do País, mas não conseguiu atender aos anseios republicanos de ampliação das oportunidades educacionais, permanecendo ainda um sistema elitista, excludente e seletivo (PIANA, 2009, p. 62).

Foi somente no ano de 1924 que a Associação Brasileira de Educação (ABE) foi criada, fruto do empenho de educadores, políticos e figuras de expressão da sociedade brasileira, com objetivo de impulsionar discussões sobre os problemas educacionais através de cursos, palestras, conferências e semanas de educação (Idem, p. 63).

A partir dos anos de 1930, uma medida educacional mais importante ocorreu: foi criado o Ministério da Educação e Saúde, com objetivo de coordenar e orientar as reformas educacionais. O período de 1930 foi marcado pela industrialização brasileira, sendo assim, a educação era uma preparação para o mercado de trabalho da indústria, surgindo nessa época dois programas de foco total na indústria: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1942 e 1946, respectivamente.

Mais adiante, em 1961, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, advinda de um período de reivindicações em prol da escola pública, universal e gratuita; sendo compreendida como a medida mais importante assumida pelo Estado em relação à política educacional (PIANA, 2009, p. 65).

Já em 1964, início da ditadura militar, o sistema de ensino foi ampliado, com apoio a pesquisa e pós-graduação do ensino superior. O governo implementou uma reforma universitária baseada no modelo americano, fruto da junção entre Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID)

Martins (2009) enumera alguns pontos positivos que a Reforma Universitária proporcionou para o ensino superior, foram eles: modernização das universidades federais e algumas estaduais e confessionais; criação das condições pra que houvesse a articulação das atividades de ensino e pesquisa; extinção à cátedra vitalícia, substituída pelo regime departamental; institucionalização da carreira acadêmica e criação de uma política nacional de pós-graduação. No entanto, um ponto negativo foi o alargamento da privatização do ensino superior e a utilização de subsídios públicos para o setor privado. (MARTINS, 2009 *apud* LIMA; SOBRINHO, p. 103, 2017)

Além disso, o ensino obrigatório passa a ser de oito anos, quatro a mais que a proposta anterior. Para Netto (1995), através dessas reformas, o Estado atribui à educação o papel de instância geradora das condições de desenvolvimento necessárias ao êxito do seu projeto político-econômico. Assim, a política educacional passa a ser condição *sine qua non* para o desenvolvimento da produção industrial capitalista.

Por isso, o Estado ajusta a política educacional às suas necessidades, de modo a "integrá-la" ao projeto de desenvolvimento nacional (p. 729). Aqui temos uma importante parte da nossa hipótese corroborada. Quer dizer, na trajetória da educação brasileira, a política educacional está mais voltada para a formação para o trabalho produtivo, que para a garantia da autonomia de pensamento dos sujeitos dessa política.

Nessa mesma época, Paulo Freire, um dos mais importantes educadores do Brasil, surge com uma nova proposta pedagógica de alfabetização e educação visando um “processo de conscientização e de participação política por meio da aprendizagem das técnicas da leitura e da escrita” (PIANA, p. 66).

O pensamento de Freire exerceu profunda influência nos profissionais da educação, pois seu método fundamentava-se na prática pedagógica não diretiva, que consistia em passar o homem da condição de “objeto” para a de “sujeito” (Pinto, 1986, p.66 *apud* Piana, 2009, p. 66)

Com o fim do período ditatorial, a nova constituição brasileira, em 1988, criou uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, após mais de

30 anos da anterior, sendo ela promulgada apenas no ano de 1996. Segundo Piiana, o governo assume a definição da política educacional como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para Estado e municípios. O controle do sistema escolar passa a ser exercido por meio de uma política de avaliação para todos os níveis de ensino (p. 67). Níveis esses divididos em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, ofertada aos alunos de 4 a 17 anos; e na educação superior: graduação, pós-graduação e extensão, aos jovens e adultos. Além da oferta de educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos.

Mais adiante, durante o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, iniciou-se o “Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (REUNI) no qual foi lançado em 2007 através do decreto 6.096 de 24 de abril de 2007.

O governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. (BRASIL, 2010)

O REUNI fez parte de uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ¹, plano esse que contava com iniciativas de solucionar problemas que inibiam o ensino e aprendizado devido a desigualdades em diversas esferas da educação, estruturada em cinco eixos: educação básica, educação superior, educação profissional, alfabetização e diversidade.

A razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais. Reduzir desigualdades sociais e regionais, na educação, exige pensá-la no plano do País. O PDE pretende responder a esse desafio através de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo. (BRASIL, 2007)

Com o Reuni foi possível aumentar números de vagas em cursos de graduação, ampliar ofertas de cursos noturnos, promover inovações pedagógicas e diminuir a quantidade de evasão dos cursos, tudo isso para garantir uma diminuição da desigualdade social do país.

¹ O PDE foi lançado em conjunto com o Plano Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto Lei nº 6.094.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007)

De acordo com Filardi (2014, p. 17), o Reuni em essência é um programa que, apesar de propor a expansão e a reestruturação das universidades federais no Brasil e, de certa forma, consolidar estas metas, é muito mais que um simples programa, pois, traz consigo a concretização da inserção do Brasil no contexto da mundialização do capital. Segundo o autor, a organização micropolítica das universidades estabelece um jogo dialético na implantação das políticas públicas para educação superior. Ao momento de sua implantação em cada universidade o Reuni renegociar partes das metas, traz consigo um interesse ideológico direcionado a pretensões políticas, econômicas e acadêmicas, ligando esse interesse ao capital, mais uma vez sendo objetivo principal.

Assim, parte das metas do Reuni são renegociadas no momento de sua implantação em cada unidade acadêmica. A situação política e econômica de cada universidade, sua maior ou menor inserção no cenário brasileiro de produção acadêmica e científica, seu papel na difusão de tecnologias, sua maior ou menor inserção no setor industrial-produtivo na região em que atua e as demandas da classe docente que administram aquela universidade, aquele centro e aquele curso, são características que influenciam diretamente na implantação dos programas para o ensino superior público federal. Há uma cena política efervescente e interessada, ideologicamente direcionada segundo suas pretensões acadêmicas, políticas e econômicas. Esta política de Estado direciona as universidades federais para uma maior ligação e para a interdependência destas com o setor industrial-produtivo brasileiro (FILARDI, 2014, p. 18)

Ainda complementa que são programas como o Reuni demonstram como o governo assume a necessidade de inserção do Brasil no processo de mundialização do capital, tendo que ser atraente ao capital produtivo e financeiro. Reuni auxilia na concretização desta dimensão econômico-social do Brasil: um

país com mão-de-obra qualificada para a reprodução de tecnologia, inserido periféricamente na produção de tecnologia de ponta, com capacidade limitada – com a busca para o incremento – para o crescimento de seu setor industrial e com possibilidades modestas, a curto e médio prazos, de transformação da realidade social, ou seja, do quadro de péssima distribuição de renda no qual a sociedade brasileira se encontra (p. 18).

Segundo ele (p.6), por meio da divulgação de novas “tecnologias de aprendizagem” e “novas possibilidades de formação”, permite-se que haja uma circulação da formação da mão-de-obra que beneficia sobremaneira os esforços das corporações transnacionais na Europa em sua busca por recursos humanos competentes, baratos e “globalizados”. Além disso, houve uma expansão desta ideologia para as universidades dos países em desenvolvimento no sentido de inseri-las nas perspectivas e nas possibilidades da produção. O conhecimento e a ciência se estão atrelando à esfera da produção e do consumo

Outro ponto crítico é o recurso utilizado para implementação do programa, onde, segundo Ventura (2018, p. 26), 20% de acréscimo de recursos seria repassado as universidades que aderissem ao Reuni, porém, dois anos após a implementação do programa, 2,5 bilhões já haviam sido repassados, não podendo acompanhar o crescimento das universidades. Sendo assim, a ampliação da universidade não coincidiu com o aumento da verba repassada, o que pode ser notado atualmente com a falta de verbas para manutenção da universidade, tendo então uma infraestrutura de baixa qualidade, laboratórios precarizados, políticas de assistência estudantil com difícil acesso aos estudantes.

Além do REUNI, outros programas também foram criados durante o governo: Programa Universidade para Todos (PROUNI), na qual garante a concessão de bolsas de estudos – parciais ou integrais – aos estudantes para graduação em faculdades privadas, selecionados através da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que foram alunos da escola privada com bolsa integral ou alunos da escola pública. Sendo em 2022 a maior oferta de sua história: 273.001 bolsas de estudos, sendo 181.036 e 91.965 parciais². Algo

² Matéria intitulada: “MEC anuncia vagas do SiSU e ProUni 2022/1. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/mec-anuncia-vagas-do-sisu-e-prouni-2022->

importante a se destacar nessa iniciativa é o fato de que as instituições de ensino privado que aderem ao ProUni ficam isentas de pagamento de impostos, sendo mais uma vez incentivo ao capital privado e parcerias públicas-privadas presente em várias políticas sociais no Brasil. Segundo a revista Piauí (2021), a nova MP 1075/2021, abriu acessos as bolsas do Prouni a estudantes que cursarem o ensino médio em escolas particulares – sem ser por bolsa integral, fez com que fosse muito criticada pois tira o programa do eixo central proposto no momento da sua implementação.

Outro programa criado foi o “Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)” no qual oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais³ (BRASIL, 2021).

Com a expansão do neoliberalismo, a educação também sofreu as consequências, passando a um modelo privatista e elitista. Principalmente após o golpe parlamentar que atacou a democracia brasileira, encerrando o governo da presidente Dilma Rousseff. A partir daí, houve um aprofundamento da precarização do ensino superior, e, com o necessário isolamento social, outras programáticas de precarização passaram a orbitar o debate sobre a educação, como a possibilidade do ensino híbrido (comparte da sua programática realizada on line), que acentua ainda mais as desigualdades no Brasil.

Além disso, muitas reformas foram propostas e aprovadas, entre elas: trabalhista, previdenciárias e a da educação. Todas elas visando apenas o objetivo da lógica capitalista: lucro a todo momento.

A nova economia global trouxe mudanças de largo alcance para a educação. Diferenças no sistema de educação pública, entre o antigo capitalismo e o neoliberalismo, são identificadas. No antigo capitalismo, o sistema educacional focalizava a formação de sujeitos disciplinados, com força de trabalho qualificada e de confiança. Hoje, na nova ordem econômica neoliberal, o sistema educacional focaliza trabalhadores

[1/352020.html#:~:text=J%C3%A1%20o%20ProUni%202022%2F1,Grande%20do%20Sul%20e%20Bahia](#). Acesso em: junho/2022.

³ "PIBID - Apresentação". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em: maio/2022.

com capacidade de resposta, com rápida capacidade de aprendizagem, que saibam trabalhar em equipe, que sejam competitivos, criativos e, pela abundância de mão de obra, os indivíduos ficam sem condições de reivindicar melhores remunerações e condições de trabalho (CAMPOS; NETO, 2018, p. 10992).

Em uma lógica extremamente individualista e competitiva, a educação moldada pela sociedade capitalista passa a ser considerada apenas como uma mercadoria e, neste cenário, supomos como consequência, dentre outras coisas o surgimento o adoecimento mental.

Estudantes ingressam nas graduações e pós-graduações com uma imagem da universidade como lugares de extrema autonomia e liberdade e se deparam com uma realidade diferente. Isso combinado a uma estrutura dura e alguns professores abusivos dificulta para os estudantes afetados a tomada de posição, seja por não reconhecer o problema, seja por medo de qualquer tipo de retaliação. Reconhecer as universidades como ambientes potencialmente adoecedores é um primeiro passo para a criação de ambientes seguros para que estudantes psicologicamente abalados possam ter voz, buscar e receber um auxílio efetivo. (LARA, 2018)

O estudante habituado ao ensino de base (fundamental e médio), passa a sofrer empecilhos na Universidade e então tem dificuldades para estabelecer uma rotina de estudos, adaptar-se aos prazos de entrega parte das vezes muito curtos, obter excelência no estudo, conciliar os estudos com o trabalho, insegurança com o curso escolhido e futuro profissional, além da tentativa de conciliar a vida acadêmica com a vida social.

Uma justificativa para os altos índices de transtornos mentais comuns refere-se ao estilo de vida dos estudantes universitários, composto por grande quantidade de atividades obrigatórias a serem desempenhadas na universidade, além da sobrecarga, produto de uma vida dupla constituída pela pressão acadêmica e pela carga horária de trabalho. Ainda, a mudança ambiental, característica da transição do Ensino Médio para o nível superior, apresenta-se como importante fator para o desenvolvimento do estresse (GOMES, et. al., 2020, p. 5)

Impossível também não correlacionar o sofrimento mental com a pandemia do coronavírus⁴, assunto que abordaremos com maior atenção no

⁴ “O primeiro caso da pandemia pelo novo coronavírus, SARS-CoV2, foi identificado em Wuhan, na China, no dia 31 de dezembro de 2019. Desde então, os casos começaram a se espalhar rapidamente pelo mundo: primeiro pelo continente asiático, e depois por outros países. Em fevereiro, a transmissão da Covid-19, nome dado à doença causada pelo SARS-CoV2, no Irã e na Itália chamaram a atenção pelo crescimento rápido de novos casos e mortes, fazendo com que o Ministério da Saúde alterasse a definição de caso suspeito para incluir pacientes que estiveram em outros países. No mesmo dia, o primeiro caso do Brasil foi identificado, em São Paulo.

segundo capítulo do presente trabalho, que nos assola desde março de 2020, onde mudanças extremas aconteceram na vida dos estudantes. Muitos tiveram que mudar totalmente a maneira de estudo quando suspenderam atividades presenciais e estágios práticos, e adotar a metodologia de ensino a distância e avaliações on-line, alguns ainda tiveram que ir em busca de um emprego, conciliar com a rotina da casa, além do medo causado pela doença.

Em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto da doença como pandemia. Poucos dias depois, foi confirmada a primeira morte no Brasil, em São Paulo. No mesmo dia, dois pacientes que haviam testado positivo para coronavírus, do Rio de Janeiro, vieram a óbito, mas laudos das mortes ainda não foram divulgados”. Disponível em: <https://pebmed.com.br/coronavirus-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-nova-pandemia/>. Acesso em: 15/08/2021.

Capítulo 3 – EDUCAÇÃO E DOENÇA MENTAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM CONTEXTO PANDÊMICO

Nesse terceiro capítulo irei abordar especificamente os resquícios provocados pela pandemia nos estudantes das universidades brasileiras. Este terceiro capítulo será dividido em três subtópicos para maior compreensão do tema, sendo o 3.1 relacionado a “pandemia e desigualdade”, apresentando a pandemia, falando sobre das respostas dadas a ela e apresentando elementos que comprovem que ela atinge desigualmente as trabalhadoras e estudantes mais pobres e os mais ricos; 3.2 “pandemia e educação”, como a pandemia impactou na educação, quais mudanças precisaram ocorrer para que a formação não ficasse parada, e, por fim, 3.3 relacionado a “pandemia, educação e saúde mental”, sendo articulação desses três temas e enfoque principal do trabalho.

Para isso, utilizei plataformas de pesquisa renomadas como Google News e Scielo a fim de identificar como a pandemia intensificou ainda mais o sofrimento mental do estudante. Serão pesquisadas notícias e artigos científicos nas plataformas citadas, utilizando filtros de pesquisa com palavras chave que abordam o assunto como: “pandemia”, “saúde mental”, “isolamento”, “educação”, “desigualdade”, “estudantes” e “universidade”.

3.1 - Pandemia e desigualdade

É fundamental para o nosso debate compreendermos o contexto pandêmico. Em março de 2020 é declarada em todo o mundo a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) no qual tinha rápida disseminação entre a população. De acordo com o Ministério da Saúde,

A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na

cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Originalmente na cidade de Wuhan, na China, logo se espalhou em todos os continentes, tendo o primeiro caso confirmado no Brasil em fevereiro do mesmo ano. Como forma de prevenção da Covid-19, foi necessário o uso de máscaras, higiene das mãos, uso de álcool em gel e, principalmente, o isolamento social.

Além da crise sanitária vivenciada pela pandemia, a crise social e econômica também foi agravada, segundo a Oxfam⁵ (2022), de abril de 2020 a abril de 2021, estima-se que 377 brasileiros perderam o emprego por hora; no pior momento da crise, quase 1.400 brasileiros foram demitidos por hora e o Brasil registrou recorde de 14,4 milhões de desempregados em abril de 2021. Quase 600 mil empresas faliram, prejudicando sobremaneira os indicadores de emprego no país. Os programas destinados a garantir o emprego foram mal implementados e promoveram condições de trabalho precárias para jovens e grupos vulneráveis. Ainda segundo a Oxfam, a fome disparou durante a pandemia. Em dezembro de 2020, 55% da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar e 9% passavam fome, representando patamares comparados ao ano de 2004.

A professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS-UECE, Monica Dias Martins (2020), em uma videoconferência com o tema “Pandemia, Demografia e Desigualdade Social”⁶ expõe diversos aspectos que mostram como a desigualdade que já era vista desde a colonização brasileira só intensificou durante a pandemia. Segundo Martins, apesar de haver muitas pessoas infectadas nos bairros ricos (pegando por referência o estado do Ceará e o bairro Morumbi-SP), poucas morrem; as mortes são mais numerosas em bairros populares, conjuntos habitacionais e favelas, nas chamadas “periferias”. Nestes locais as condições habitacionais e a infraestrutura são precárias, faltam equipamentos urbanos e serviços básicos.

⁵ OXFAM. Matéria intitulada: “A epidemia de desigualdade no Brasil”. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/>. Acesso em: maio/2022.

⁶ CLACSO. “A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social”. Disponível em: clacso.org/a-pandemia-expoe-de-forma-escancarada-a-desigualdade-social/. Acesso em: maio/2022.

Segundo o relatório feito pela Oxfam, a riqueza dos 10 homens mais ricos dobrou, enquanto a renda de 99% da humanidade está pior por causa da Covid-19. Um novo bilionário foi criado a cada 26 horas desde o início da pandemia. Enquanto isso, cerca de 17 milhões de pessoas morreram por causa da Covid-19 - uma perda em uma escala nunca vista desde a Segunda Guerra Mundial. O mesmo relatório ainda mostra que o impacto da pandemia atingiu diretamente os mais pobres, onde eles têm quatro vezes mais chances de morrer de covid do que as pessoas mais ricas.

Ainda relacionado a pobreza, dados no relatório alertam que os níveis de pobreza não retornarão aos níveis anteriores à pandemia nem mesmo em 2030, caso não haja esforços para combater tamanha desigualdade. Em 2021, enquanto se espera que os 20% mais ricos tenham recuperado quase metade de suas perdas durante 2020, o Banco Mundial espera que os 20% mais pobres, em média, perderão mais 5% de sua renda (OXFAM, 2022, p. 23).

Outro fator agravante é a desigualdade de gênero: enquanto o emprego para os homens está se recuperando mais rapidamente, estima-se que 13 milhões de mulheres a menos foram empregadas em 2021 - em comparação ao ano de 2019.

A América Latina, por exemplo, teve uma redução de 9,4% nas vagas de emprego para as mulheres. Mais de 20 milhões de meninas correm o risco de nunca mais voltarem à escola, enquanto mulheres e meninas enfrentaram um aumento significativo no trabalho não remunerado de cuidados, estimado em 12,5 bilhões de horas por dia, mesmo antes da pandemia. As trabalhadoras informais estão entre as mais afetadas economicamente, enfrentando uma “tripla crise” de Covid-19, aumento no trabalho não remunerado de cuidados e trabalho remunerado inseguro e precário, levando muitas à pobreza (OXFAM, 2022, p. 23)

Além desses fatores, outro aspecto pode ser observado, como é o caso da desigualdade educacional, assunto abordado durante o próximo tópico.

3.2 - Educação e Pandemia

Como dito anteriormente, uma das formas de prevenção a covid-19 foi o isolamento social, sendo assim, a fim de evitar a disseminação do vírus, toda

maneira de restringir a circulação de pessoas foi utilizada: fechamento de empresas, cancelamento de grandes eventos, atividades culturais e também aulas presenciais foram suspensas em todo o Brasil, tanto em universidades quanto em escolas de educação básica. Primeiramente, a intenção era de serem suspensas por 15 dias, porém com o alastramento⁷ da doença e agravamento de casos, foi-se postergando e o retorno presencial foi apenas na reta final de 2021. A UFOP, universidade na qual estou inserida no curso de Serviço Social, por exemplo, optou pela retomada apenas no princípio do ano de 2022⁸.

Com a suspensão das aulas, deu-se início a modalidade do ensino a distância - EaD em diversas universidades do país, sejam elas públicas ou privadas:

Em 17 de março, por meio da Portaria nº 343, o MEC autorizou por 30 dias a substituição das aulas presenciais por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e de comunicação. A essa Portaria, sucederam-se outras duas: a de nº 345, de 19 de março de 2020, e a de nº 473, de 12 de maio de 2020, sempre prorrogando por mais 30 dias. Por meio da Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, o MEC autorizou o uso das plataformas de aprendizagem até o final de 2020, excetuando-se os cursos que necessariamente demandassem atividades presenciais (CASTIONI et al., 2021)

Porém, alguns desafios se evidenciaram na proposta de ensino a distância,

No Brasil, as universidades públicas se viram em presença de dois dilemas. Em primeiro lugar, a rejeição histórica da modalidade a distância, sua baixa utilização entre elas e sua associação negativa à oferta massiva do setor privado, cuja modalidade superou, em 2019, pela primeira vez na história, a matrícula presencial dos ingressantes. Em segundo lugar, um conhecimento precário sobre as condições sociais de seus alunos, associado à dificuldade de fazer com eles contato individual. Tal situação pautou a realização de esforços durante vários meses, desde a realização de pesquisas tipo survey sobre o uso

⁷ “O Brasil chegou a 649.333 mortes em decorrência da covid-19, informou hoje (28) o Ministério da Saúde. Em 24 horas, foram confirmados 199 óbitos e 19.516 diagnósticos positivos da doença, totalizando 28.787.620 pessoas infectadas pelo coronavírus desde o início da pandemia”. Matéria intitulada: “Brasil chega a 28,7 milhões de casos de covid-19 e 649,3 mil mortes”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-02/brasil-chega-287-milhoes-de-casos-de-covid-19-e-6493-mil-mortes>. Acesso em: março/2021.

⁸ “O Plano de Contingência apresentado pela Administração Central ao Conselho Universitário (Cuni) da UFOP foi aprovado, com alteração da ampliação das atividades presenciais de ensino, pesquisa e extensão de 50% — percentual apresentado inicialmente — para 100%. O Cuni também aprovou o processo de retorno gradual dos servidores ao trabalho presencial na UFOP, sendo 20% até 15/01/2022, 50% até 15/02/2022 e 100% até 15/03/2022”. Matéria intitulada: “Aprovada ampliação para 100% das atividades presenciais na UFOP em março de 2022 e exigência da vacinação”. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/institucional/aprovada-ampliacao-para-100-das-atividades-presenciais-na-ufop-em-marco-de>. Acesso em: março/2022.

de computadores e os desafios reais sobre acesso à internet entre estudantes e docentes até o lançamento de editais e outras convocatórias para a compra de pacotes de dados e equipamentos e para cadastro de estudantes interessados na doação. (CASTIONI et al., 2021)

As universidades tiveram que adaptar-se à nova realidade imposta pela pandemia, ajustes precisaram ser feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos dos cursos e no gerenciamento departamental das universidades.

Da suspensão das aulas presenciais nas universidades públicas e privadas decorre a necessidade de desenvolvimento de maneiras alternativas de ensino, como as tentativas de adaptação e implementação de sistemas digitais. Essas tentativas, por sua vez, acabam por expor diversas (“novas”) problemáticas. Entre elas encontram-se: a) a falta de suporte psicológico a professores; b) a baixa qualidade no ensino (resultante da falta de planejamento de atividades em “meios digitais”); c) a sobrecarga de trabalho atribuído aos professores; d) o descontentamento dos estudantes; e e) o acesso limitado (ou inexistente) dos estudantes às tecnologias necessárias. (GUSSO et al., p. 4, 2020)

Algumas universidades aderiram de forma mais rápida e outras menos acelerada, suspendendo as aulas do primeiro semestre de 2020 para o segundo semestre. Percebeu-se que as que aderiram ao ensino remoto mais rapidamente foram as que já tinham familiaridade com o método.

As universidades também se viram obrigadas a repensar suas atividades: suspendendo ações, numa primeira fase, revendo sua relação com as suas múltiplas atividades e a Educação Presencial, num segundo momento; viram a demanda pelo uso e pelo suporte da Educação Não Presencial aumentar de forma para a qual não estavam preparadas. As instituições que responderam mais rapidamente e que conseguiram instituir, de forma massiva, práticas teórico-metodológicas de e-learning, de ensino remoto – nos níveis de graduação e pós-graduação – foram as que já haviam, anteriormente, instituído tais práticas. (HODGES et al., apud CASTIONI et al., 2021)

De acordo com Minto, em artigo publicado na revista “Trabalho, Política e Sociedade” (2021, p.143) no ano de 2020, o crescimento da modalidade de EaD foi literalmente pandêmico: um salto de 54% no segundo semestre (cerca de 380 mil estudantes, número superior à rede de ensino superior inteira de 20 estados brasileiros), segundo seu próprio presidente, Eduardo Parente. No relatório dos resultados do 4º trimestre de 2020, o ‘ensino digital’ apresentava um crescimento de 64% em relação ao mesmo período de 2019 (graduação e pós-graduação).

Minto ainda cita como esses impactos do avanço do EaD ainda são desconhecidos, usando como referência a qualidade do ensino superior ofertados e a lógica mercantil de como a educação é utilizada no capitalismo.

Os impactos que esse processo pode ter sobre o setor ainda não são conhecidos em toda a sua extensão. Envolvem a qualidade do ensino e, também, aqueles impactos que decorrem da forma como se estabelecem as relações entre as grandes instituições e grupos dominantes no setor, visceralmente articuladas com o capital fictício e a lógica da acumulação financeira. Esta dinâmica mercantil predatória, analisada em seu conjunto, nos faz questionar sobre as reais finalidades que passam a orientar tais grupos, que ferecem/vendem o ensino superior como meio para a realização de suas finalidades financeiras, que passam a ocupar o lugar de atividade principal (MINTO, 2021, p. 144)

A modalidade EaD se configura como uma via de lucro para o capital que não permite a formação de sujeitos intelectuais e com pensamento crítico, pois priva o estudante de participar de projetos de extensão, pesquisas e palestras que envolvem o ambiente acadêmico, assumindo apenas a função de formar trabalhadores para o mercado.

[...] o capital tem gerenciado os investimentos na área educacional e as grandes mudanças no interior da mesma, não são de ordens pedagógicas, produção de novos conhecimentos, investimentos em formação docente, pesquisa e extensão; mas, contrariando os princípios que norteiam a concepção de educação emancipatória, crítica e reflexiva, tais instituições empreendem uma verdadeira luta na “captação” de novos alunos, considerando-os meras mercadorias e passíveis de exploração e subordinação (BENATTI; MUSTAFA, 2016, p. 151 apud VENTURA, 2018, p. 27).

O acesso à internet e computador para as aulas remotas também foi um dos problemas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2020), em nota técnica “Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia”, cerca de 2% dos estudantes de ensino superior não tem acesso à internet em banda larga ou 3G/4G, afetando aproximadamente cerca de 150 a 190 mil alunos, sendo estes 51 a 72 mil estudantes de instituições públicas.

A dificuldade em estudar durante o período da pandemia pode ser uma fonte de ampliação da desigualdade no futuro. Estudantes que não puderam estudar durante esse período estariam em desvantagem em relação aqueles que puderam ter acesso ao ensino remoto. As consequências negativas do afastamento das escolas podem ser ampliadas uma vez que, os estudantes mais afetados são aqueles que já se encontram em desvantagens de oportunidades por conta de condições econômicas e sociais piores do que as de alunos com acesso ao ensino remoto. (IPEA, 2020)

De acordo com Santos (2021, p. 50), tendo como referência “Nova Cultura”, dentre as primeiras dificuldades enfrentadas pela implementação do Ensino Remoto está a infraestrutura, em outras palavras, o acesso à internet propriamente dito, já que 28% das residências brasileiras não têm acesso à internet, marca que atinge os 50% se considerando a população rural e a classe D. A TIC Domicílios 2019, pesquisa feita pelo Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, apontam também que 42% das casas brasileiras têm computador e 85% dos membros das chamadas classes D e E utilizam internet apenas pelo celular. Outra pesquisa relevante é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que apontou que no ano de 2020, 5,5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem acesso à educação, além de expor um aumento da taxa de evasão: 3,18% (1,38 milhão) dos estudantes entre 6 e 17 anos abandonou os estudos e 4,12 milhões não recebeu atividades escolares durante o período de ensino remoto.

Na UFOP, segundo Santos (2021, p. 68), dentre os 52 estudantes entrevistados, 29 deles responderam ter um trabalho fixo remunerado ou exerce alguma atividade remunerada para gerar renda complementar. Dessa forma, essa realidade está ancorada a um reflexo do processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho, onde muitas das vezes os estudantes precisam de uma dupla jornada entre estudo e trabalho.

Outro fator extremamente relevante que a pandemia intensificou foram as dificuldades financeiras entre os universitários, onde 61% dos estudantes ouvidos revelaram estarem passando por dificuldades para quitar suas dívidas: “entre os problemas, 40% afirma ter dificuldade para quitar serviços públicos (como luz e água), 25% com a alimentação, 25% com contas médicas, e 19% com aluguel ou hipoteca.” (PEBMED, 2021)

Em matéria para o portal de notícias G1⁹ (2021), Marlova Noletto, diretora e representante da Unesco no Brasil, resume o quadro como “uma catástrofe na aprendizagem”. “Nossos dados já apontam que o ensino superior é relativamente o mais afetado pela evasão na pandemia: devemos ter 7,9 milhões de estudantes

⁹ Matéria intitulada “Depois de tanta luta, precisei abrir mão da vaga na universidade”: como a pandemia pode reduzir nº de jovens com diploma”. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/14/impacto-pandemia-ensino-superior.ghtml>. Acesso em: Novembro de 2021.

a menos nas universidades do mundo”, diz. “Isso é muito, muito ruim. Precisamos manter nossos jovens com a perspectiva de estudar e de se estabelecer em suas carreiras. O desenvolvimento social e o econômico dependem disso”, completa Noletto.

Ainda na matéria acima, o G1 recolheu índices que apontam para uma possível redução dos universitários após pandemia:

O Enem 2021 registrou o menor número de inscritos desde 2005. O exame é uma importante via de acesso ao ensino superior - em 2019, 38,3% dos alunos entraram na universidade usando a nota da prova (58,4% nas públicas e 30,8% nas particulares); vestibulares grandes registraram recordes de abstenção, como na Unicamp e na USP; o número de inscritos no Sisu do 2º semestre de 2021 foi 40% menor que o da mesma edição de 2019, antes da pandemia; levantamento de 2020 mostra forte aumento da inadimplência no pagamento de mensalidades da rede privada. (G1, 2021)

Dessa forma, a saúde mental que já era afetada na vida universitária por inúmeros fatores, fortaleceu-se com a pandemia devido a dificuldades que anteriormente não eram sentidas. De acordo com o portal de notícias PebMed¹⁰, 7 em cada 10 universitários brasileiros declararam que a pandemia trouxe impactos para saúde mental. Essa informação vem do estudo global “Global Student Survey”, no qual analisaram 21 países, tendo o Brasil o maior índice - cerca de 76% dos entrevistados.

A pesquisa “Juventude e Pandemia” realizada pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), em parceria com instituições como Em Movimento, Fundação Roberto Marinho, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, Visão Mundial e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), ouviu 68 mil jovens brasileiros, com idade de 15 a 29 anos, para saber sobre os impactos que a pandemia trouxe a eles. Foram perguntas sobre saúde, educação e trabalho.

Sobre os estudos, mais da metade dos jovens que não estão estudando trancaram ou cancelaram sua matrícula depois de março de 2020. Segundo o portal de notícias “O povo mais”¹¹, até 2019, o cenário era de extrema bonança.

¹⁰ Matéria intitulada “Saúde mental e Covid-19: universitários são os mais afetados pela pandemia”. Disponível em: <https://pebmed.com.br/saude-mental-e-covid-19-universitarios-brasileiros-sao-os-mais-afetados-pela-pandemia/>. Acesso em 02/11/2021.

¹¹ Matéria intitulada “Ensino Superior na pandemia: o desafio de implementar inovações sem perder na aprendizagem”. Disponível em:

Naquele ano - o último de dados consolidados -, houve aumento de 1,8% no número total de matrículas (2,4% só nas particulares) para cursos presenciais e EAD, nas redes pública e privada.

Já em 2021, com o cenário de pandemia perdurando e a demora na retomada desse setor, a projeção é de queda de 8,9% nas matrículas dos cursos presenciais e de 9,8% no EAD. Entre jovens que pararam de estudar, o principal motivo é financeiro e dificuldade de se organizar com o ensino remoto. Quanto mais velhos, maior o abandono por causa de questões envolvidas ao financeiro e trabalho. Entre mais novos, mais comuns são questões ligadas a obstáculos ou baixo engajamento com ensino remoto e conteúdos trabalhados (CONJUVE, 2021).

Infelizmente, grupos mais desfavorecidos são excluídos ou afastados do sistemas de educação por meio de decisões às vezes sutis que levam à sua exclusão dos currículos, a objetivos de aprendizagem irrelevantes, a estereótipos em livros didáticos, à discriminação na alocação de recursos e avaliação, à tolerância à violência e à negligência de suas necessidades. Os mesmos mecanismos excluem não apenas as pessoas com deficiência, mas também outras, por causa de gênero, idade, local onde vivem, pobreza, tipo de deficiência, etnia, indigeneidade, língua, religião, status de migração ou deslocamento, orientação sexual ou expressão de identidade de gênero, encarceramento, crenças e atitudes. São o sistema e o contexto que não levam em consideração a diversidade e a multiplicidade de necessidades, o que também foi explicitado pela pandemia da COVID-19 (ZHAH; DU, 2020 apud ROSA et al., 2021, p. 8).

A Conjuve mostrou que, em 2021, de cada 10 jovens entrevistados, pelo menos um começou a trabalhar por causa da pandemia, e dois estão procurando emprego. 4 a cada 10 jovens que estão trabalhando estão em seus primeiros empregos, subindo para 5 a cada 10 entre a idade de 18 a 24 anos. Ou seja, a necessidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho devido a pandemia também é um aspecto que adiou ou inviabilizou o acesso à universidade. Entre os jovens que não estão trabalhando, 3 em cada 10 também não estão estudando, mas estão em busca do trabalho, sendo a dependência financeira o maior fator para procura do emprego – apenas 7% dos entrevistados conseguem contribuir para sustentar o seu domicílio.

Em todo o mundo, os estudantes nos disseram claramente que os maiores problemas enfrentados por sua geração são o acesso a

empregos de boa qualidade e a crescente desigualdade. Lidar com esses desafios é mais importante do que nunca após a devastação econômica causada pela Covid-19, e a educação é a chave para isso (THOMAS apud PEBMED, 2021)

3.3 - *Pandemia, saúde mental e educação*

No presente tópico, irei abordar a saúde mental no que diz respeito ao sofrimento mental dos universitários brasileiros, principalmente durante a pandemia.

Para a Organização Mundial de Saúde¹² (OMS), saúde mental refere-se a um bem-estar no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, consegue lidar com os estresses da vida, trabalha de forma produtiva e encontra-se apto a dar sua contribuição para sua comunidade.

Boeira et al. (2021) afirma que a saúde mental não é apenas individual e dependente de fatores biológicos e psíquicos, mas sim o resultado da complexa interação entre esses aspectos individuais e as condições de vida das pessoas, que incluem as relações sociais, o ambiente de crescimento e desenvolvimento, a inclusão produtiva e o acesso a bens materiais e culturais, abrangendo também as possibilidades de participação ativa na vida comunitária. Sendo assim, podemos observar que não existe uma definição única do significado de “saúde mental”, mas sim múltiplos conceitos que se associam ao tema.

De acordo com Costa et al (2020, p. 1), segundo Ferguson, três componentes compõem a relação entre saúde mental e capitalismo, sendo a primeira abordagem chamada de materialista onde, a boa saúde, tanto física como mental, depende de tais pré-condições básicas como alimento, água, disponibilidade de luz e assim por diante. A inexistência dessas condições implica na saúde das pessoas. A segunda abordagem refere-se a abordagem histórica, a qual significa reconhecer que tanto nossa compreensão dos problemas de saúde mental quanto às formas que assumem qualquer momento particular são as relações sociais e econômicas da sociedade em geral. E em

¹² “O que é Saúde Mental?”. Disponível em: <https://www.ufmg.br/saudemental/saude-mental/o-que-e-saude-mental/>. Acesso em: 18/08/2021.

terceiro lugar, a abordagem dialética, a qual reconhece que indivíduos e classes reagem de volta às circunstâncias que os moldam, nas quais as partes e o todo mutuamente condicionam ou mediam cada um deles. Assim, o significado que as pessoas dão às suas experiências não é um produto exclusivo de sua experiência individual, mas também é moldada por sua experiência coletiva de vida sob o capitalismo, inclusive pelo nível da luta de classes que tem um efeito profundo na saúde mental individual e coletiva.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS¹³, no primeiro ano de covid-19, a prevalência de ansiedade e depressão aumentou em 25%. De acordo com a reportagem, jovens e mulheres são os mais atingidos pelos altos níveis de estresse, gerados pelas restrições de trabalho, busca de apoio em entes queridos e envolvimento na comunidade, devido ao isolamento social.

Com isso em mãos podemos recuperar a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos da Instituições Federais de Ensino Superior¹⁴ realizado pela ANDIFES, e dimensionar a questão. O estudo mostra que o impacto emocional atinge 23,7% do público pesquisado, sendo estes majoritariamente compostos por pessoas do sexo feminino (28,6%) em comparação com o sexo masculino (17,7%). Ainda sobre saúde mental, tem-se que 67,6% de todos os entrevistados não procuram atendimento psicológico.

Sabe-se que a rotina de estudos na universidade contribui para amplificar os problemas relativos à saúde mental, exigindo dos estudantes posturas flexíveis e resilientes no ambiente acadêmico. Várias investigações têm mostrado que a ocorrência de sintomas que remetem ao sofrimento psíquico é alta entre os (as) universitários (as) (AGUIAR ET. ALL, 2009; AMARAL ET. AL., apud. ANDIFES, 2008, p. 203)

¹³ OPAS. Matéria intitulada: "Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo". Disponível em: [https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)..](https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20(OMS)..) Acesso em: maio/2022.

¹⁴ "A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior visou levantar um conjunto de informações relativas ao perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES brasileiras, mais precisamente sobre perfil básico, moradia, origem familiar, trabalho, histórico escolar, vida acadêmica, atividades culturais, saúde e qualidade de vida e, finalmente, dificuldades estudantis e emocionais" (ANDIFES, 2018, p. 9). Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>. Acesso em: 25/08/2020.

Sendo assim, a ANDIFES (2018) perguntou sobre questões relativas ao estado mental ou psicológico que mais ocorrem, foram feitas perguntas sobre: ansiedade; tristeza persistente; timidez excessiva; medo ou pânico; insônia ou perturbações no sono; sensação de desamparo; sensação de desatenção, desorientação e confusão mental; problemas alimentares; desânimo ou falta de vontade; sentimento de solidão; ideia de morte; pensamentos suicidas; e dificuldades emocionais em geral.

Entre os problemas desta natureza investigados, os que revelaram maior incidência de respostas positivas foram ansiedade (63,6%), desânimo ou desmotivação (45,6%), insônia ou alterações no sono (32,7%), sensação de desamparo ou desespero (28,2%), solidão (23,5%) e tristeza persistente (22,9%). Ao todo 83,5% dos (as) graduandos (as) entrevistados (as) responderam que vivenciam alguma dificuldade emocional que interfere na sua vida acadêmica. (ANDIFES, 2018, p. 203)

De acordo com a pesquisa da ANDIFES (2018), a ansiedade é o principal fator de risco aos estudantes, sendo observado em quase 64% dos contemplados pela pesquisa.

A ansiedade pode ser compreendida como uma reação natural ante aos desafios e mudanças, entretanto, quando em níveis altos, pode trazer prejuízos ao indivíduo, principalmente quando desencadeia síndromes ansiosas. Essas se agrupam em duas grandes categorias, sendo a primeira de transtornos de ansiedade generalizada e a segunda de crises de ansiedade. O grupo dos transtornos generalizados se caracteriza por sintomas ansiosos exacerbados e frequentes, em que comumente nota-se uma constante tensão, irritabilidade e/ou angústia. Pessoas com transtornos ansiosos tendem a viver sobressaltadas e entre os sintomas mais comuns estão a insônia, dificuldade para se concentrar, cefaleia, sudorese e sensação de mal-estar no estômago. O segundo grupo, por sua vez, caracteriza-se por crises intermitentes, em que pessoas nessas situações apresentam sintomas ansiosos com grande intensidade e podem, ou não, apresentar-se concomitantemente com a ansiedade generalizada (Dalgalarrodo, 2008 apud. BARROS, 2021, p. 20).

Sabemos que,

a trajetória acadêmica é composta por muitas situações novas, necessidade de desenvolvimento de atitudes mais autônomas, com grande quantidade e diversidade de avaliações, o que naturalmente pode provocar ansiedade nos estudantes. Entretanto, observa-se que em muitos casos a ansiedade ultrapassa os níveis normais e acaba se configurando como uma patologia. A ansiedade patológica geralmente provoca uma série de sintomas que muitas vezes afeta as relações interpessoais, a aprendizagem, a atenção e a memória, funções importantes na adaptação e desenvolvimento acadêmico dos

estudantes. (ALMEIDA, 2015; LAMEU, 2014; CABRERA&SPONHOLZ, 2002, apud BARROS, 2021, p. 20-21).

Além de toda pressão psicológica que já temos conhecimento pela pesquisa da ANDIFES, outros fatores podem ser significativos para esse aumento de ansiedade entre os universitários. Entre elas, piores hábitos alimentares, falta de atividade física e maior consumo de tabaco (ALMEIDA, 2015), todos hábitos que podem ter se acentuado com a atual pandemia de COVID-19.

Outro fator importante, é observar a ansiedade na população em geral. A OMS (2017) informou que, no Brasil, cerca de 9,3% da população brasileira sofrem por ansiedade, dando em média quase 20 milhões de brasileiros. Sendo assim, a ansiedade não está isolada apenas na população universitária, mas sim na sociedade em geral.

A depressão é outro caso recorrente entre a população, estima-se que 300 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem com ela. Segundo a OMS¹⁵, a depressão é um transtorno mental no qual o indivíduo mostra “uma tristeza permanente e uma perda de interesse pelas atividades, acompanhadas da incapacidade de executar tarefas cotidianas, durante duas semanas ou mais”.

A depressão é resultado de uma complexa interação de fatores sociais, psicológicos e biológicos. Pessoas que passaram por eventos adversos durante a vida (desemprego, luto, trauma psicológico) são mais propensas a desenvolver depressão. A depressão pode, por sua vez, levar a mais estresse e disfunção e piorar a situação de vida da pessoa afetada e o transtorno em si. (OPAS, 2021 *apud* SANTOS, p. 38)

E com os universitários também não seria diferente, onde “crises de ansiedade, desmotivação, insônia e pânico são os sintomas mais evidentes e vistos como gatilhos para a depressão no meio universitário”¹⁶. Segundo Barros (2020, p. 18), entre os estudantes universitários, a depressão é um dos problemas de saúde mental mais comuns, atingindo cerca de 1/3 dos estudantes, valor bem acima dos estimados pela OMS na população em geral. Possui

¹⁵ Matéria intitulada “Depressão é a maior causa de incapacitação do mundo, diz OMS”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/03/1871343-depressao-e-a-maior-causa-de-incapitacao-no-mundo-diz-oms.shtml>. Acesso em: 29/08/2021.

¹⁶ Matéria intitulada “Depressão entre os universitários: precisamos falar sobre o assunto”. Disponível em: <https://hospitalsantamonica.com.br/depressao-entre-universitarios-precisamos-falar-sobre-o-assunto/>. Acesso em: 28/08/2021.

sintomas que afetam o desempenho acadêmico, as relações afetivas e aumentam o risco de ideação suicida e tentativa de suicídio. Ainda segundo a autora, no Brasil cerca de 5,8% da população sofre com depressão, sendo essa porcentagem equivalente a 12 milhões de brasileiros.

Sendo assim, o sofrimento mental que era observado em 2018 – ano em que não havia pandemia – com a covid-19, intensificou. Os estudantes tiveram que lidar com rupturas não previstas das rotinas pessoais e a incerteza da continuidade da atividade acadêmica. Em se tratando de saúde, mais de um ano após o início da pandemia, 6 a cada 10 jovens relatam ansiedade e uso exagerado de redes sociais; 5 a cada 10 sentem exaustão ou cansaço constante; e 4 a cada 10 têm insônia ou tiveram distúrbios de peso (CONJUVE, 2021), indicando que as supostas mudanças nos hábitos alimentares e práticas de esporte, de fato, podem ter ocorrido. A Conjuve (2021, p. 22) ainda mostrou que esses fatores acima estão mais associados a mulheres, com porcentagem de 67% e principalmente na idade entre 25 a 29 anos – 65% dos entrevistados.

Segundo pesquisa veiculada¹⁷ em matéria publicada no portal de notícias G1¹⁸, intitulada “Brasil tem maior índice de universitários que declaram ter saúde mental afetada na pandemia” sete a cada dez universitários brasileiros (76%) declaram que a pandemia trouxe impacto na saúde mental, o maior índice registrado em 21 países analisados, segundo uma pesquisa divulgada. Para a maior parte (87%), houve aumento de estresse e ansiedade. Apenas 21% buscou ajuda, e 17% declararam ter pensamentos suicidas.

De acordo com Rosa (2021, p. 195), entre os fatores determinantes de alto índice de ansiedade identificou-se o sexo feminino, os residentes na área rural, as preocupações com a economia familiar, o atraso na aprendizagem e o impacto desta pandemia na vida acadêmica dos estudantes. Entre os fatores curriculares, a falta de estruturação do ensino ou o ensino on-line preocupavam os estudantes bem como contribuíram para um maior desconforto psicológico.

¹⁷ “O estudo “Global Student Survey” ouviu 16,8 mil estudantes de 18 a 21 anos, entre 20 de outubro e 10 de novembro. Ele feito pela Chegg.org, organização sem fins lucrativos ligada à Chegg, empresa de tecnologia educacional norte-americana.” (G1, 2021)

¹⁸ Matéria intitulada “Brasil tem maior índice de universitários que declaram ter saúde mental afetada na pandemia, diz pesquisa”. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/02/26/brasil-tem-maior-indice-de-universitarios-que-declaram-ter-saude-mental-afetada-na-pandemia-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 30/08/2021.

Segundo Santos (2021, p. 75), na UFOP, das 52 respostas obtidas em seu trabalho de conclusão de curso, 40 estudantes disseram que a universidade pode contribuir com o adoecimento mental dos estudantes. Segundo os entrevistados, a extrema exigência por parte dos professores tarefas, a falta de infraestrutura com a sobrecarga de da universidade em dar uma melhor a saúde mental, a competição entre os próprios estudantes, e assistência e até mesmo relações abusivas dentro das salas de aulas são fatores que contribuem para o adoecimento.

a universidade demanda muito esforço e dedicação dos estudantes fazendo com que a vida acadêmica e pessoal se misturem o que acaba levando o aluno a viver para fazer provas, trabalhos e passar nas disciplinas. E além disso, o aluno entra na Universidade muita das vezes com o objetivo de conseguir um emprego com salário melhor e quando começa a estudar no curso de graduação que escolheu, descobre que só o curso não é o suficiente para conseguir o que queria e descobre ainda, serem necessárias muitas outras qualificações cujo curso não irá lhe proporcionar, então o estudante acaba se pressionando ou sendo pressionado (Estudante 18 *apud* SANTOS, 2021, p. 75-76).

A Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com outras universidades do estado de Minas Gerais, com objetivo de também estudar sobre o sofrimento mental em estudantes universitários, está desenvolvendo uma pesquisa intitulada como “Sintomas de transtorno de ansiedade e depressão entre estudantes universitários de Minas Gerais: estudo multicêntrico”, onde busca detectar a prevalência dos sintomas relacionados à saúde mental entre estudantes universitários de Minas Gerais e os potenciais fatores associados. A pesquisa está sendo realizada em mais 6 universidades federais: Alfenas (UNIFAL), Juiz de Fora (UFJF), Lavras (UFLA), Ouro Preto (UFOP), Uberlândia (UFU) e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). É um estudo recente que está sendo aplicado através de um questionário que ficará para respostas até dezembro de 2021. Após a análise dos dados, que ocorrerá entre março e junho de 2022, os resultados serão divulgados. Está prevista, também, a publicação de artigos científicos sobre o trabalho em revistas nacionais e/ou internacionais da área. Um dos objetivos dessa pesquisa é auxiliar na implementação de políticas públicas específicas e promoção da saúde mental.

Para o professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato

Grosso (UFMT), Elton Corbanezi, em sua tese de doutorado¹⁹ relaciona como o capitalismo e capitalismo maduro se relacionam com a saúde mental, onde a intensidade de vários sintomas vem sendo flexibilizada de modo que convém às atuais necessidades do capitalismo e de um indivíduo que esteja sempre ativo economicamente.

Com o novo modelo de organização social neoliberal, vai se instaurando uma cultura da produtividade. Isso não é novidade. Já estava presente no início da modernidade aquilo que o sociólogo alemão Max Weber chamou de “espírito do capitalismo”, que existia antes mesmo do capitalismo, mas que já foi se instaurando como um modo de vida. Com o neoliberalismo, isso é radicalmente intensificado. Há uma cultura cada vez mais centrada na ideia de performance, desempenho e competição. Se pensarmos no modelo fordista e disciplinar do capitalismo, tínhamos um paradigma da obediência. (CORBANEZI, 2021)

Corbanezi (2021) ainda diz como na sociedade capitalista o indivíduo integra uma sociedade que produz vencedores e perdedores em larga escala, e o indivíduo é responsável por seu próprio sucesso ou fracasso. Temos por um lado uma organização social que potencializa ao máximo as capacidades individuais e, por outro, atribui ao indivíduo todas as responsabilidades. Se não der certo, ele aparece como a figura do “loser”, daquele que não conseguiu superar os obstáculos que estão circunscritos à sua vida.

O mesmo vale para o estudante na graduação, na qual se ele não obter excelentes resultados, torna-se um perdedor e fracassado.

A formação de nível superior também é percebida como um momento de transição entre a vida estudantil e a vida profissional o que coincide com sentimentos de insegurança e sentimento de incerteza sobre o futuro. Nem sempre o aluno encontra apoio em suas redes, sejam elas familiares, sociais ou até mesmo entre os colegas na universidade. Não dar conta das demandas impostas e não suportar a pressão do contexto são fatores entendidos como fraqueza e, de certo modo, como uma inabilidade para a carreira acadêmica. Decidir não trabalhar na pesquisa, ler e estudar no tempo livre é visto com estranheza pelos pares como se este sujeito que assim o faz fosse “folgado, preguiçoso e displicente” com os estudos e com a sua carreira. Ignora-se o fato de que as pausas são essenciais para o bom andamento do trabalho e necessárias para a saúde desses estudantes/profissionais. (PÉREZ; BRUN; RODRIGUES, 2019, p. 363)

De acordo com Santos (2021), o trabalho acaba sendo um opressor da classe trabalhadora, gerando sofrimento e vários problemas relacionados à

¹⁹ Em junho de 2021, ele lançou o livro “Saúde Mental, Depressão e Capitalismo” (Unesp, 2021), baseado em sua tese de doutorado.

saúde mental. No contexto atual, vem acompanhado da precarização, flexibilização, relação competitiva, acelerada e individualista, trazendo graves consequências para a saúde, já que contribuem para o adoecimento mental, como, por exemplo, a depressão, o abuso de álcool, ansiedade, esgotamento físico e mental, síndrome do pânico, entre outros transtornos mentais.

O trabalho é ainda referência para a construção da identidade social, sendo os frutos dele incumbido de proporcionar cultura, lazer, saúde, segurança, educação, etc. Contudo, em era de precarização é espaço de violências e adoecimentos estabelecendo condições de vulnerabilidade para os sujeitos sociais e dificultando os acessos, ressaltando a classe trabalhadora, pobre e de pouca escolaridade que são mais propícias aos processos de esgotamento, pois almejam sair desta condição, e o estreitamento do mercado de trabalho alimenta esse processo (FRANCO;DRUCK;SLEGMANN-SILVA, 2010, p. 237 *apud* SANTOS, 2021, p. 52).

Segundo Santos (2021), o adoecimento e sofrimento dos estudantes universitários possui uma certa influência do mercado de trabalho, já que a escolha da profissão está vinculada a necessidade da busca de melhores condições de vida, além do fato de atender as exigências propostas pelo mercado.

O problema com o desemprego e a baixa renda antecede a vivência acadêmica e se mistura a ela trazendo conflitos. Esse contexto está bem exemplificado pelos dados obtidos, em que 61,2% dos participantes disseram que decidiram entrar na universidade à procura de estabilidade financeira; já 69,2% decidiram ingressar em busca de um bom emprego, enquanto 36,5% decidiram entrar por justificarem que o mercado de trabalho exige uma formação superior (SANTOS, 2021, p. 72)

Para Corbanezi, a saída do adoecimento causado pelo capitalismo e seu modo de produção deve ser pensado a longo prazo, pois o esgotamento está cada vez maior.

Por isso, uma saída mais radical só pode ser social e coletiva se problematizar a própria noção de desenvolvimento social e econômico, a ideia de produtividade que temos, que ainda é extrativista, predatória e pautada no excesso. É difícil visualizar isso num horizonte a curto e médio prazo. Pode parecer bastante utópico, mas o esgotamento está transbordando de todos os lados, seja o esgotamento climático, somático ou psicológico. (CORBANEZI. 2021)

Assim como Mészáros, Corbanezi só vê mudanças na vida social pela superação do capitalismo, caso contrário serão apenas medidas paliativas para manutenção do funcionamento do sistema e sua produção.

Se, por um lado, existe uma preocupação com a saúde mental muito relevante, por outro, tem também um papel e uma estratégia política. Como acontece cada vez mais no capitalismo contemporâneo, a principal matéria-prima para gerar valor é a dimensão cognitiva, a capacidade de criação, a inteligência. Esse foco na saúde mental pode funcionar como uma estratégia para não desperdiçar essa matéria-prima, para que se possa investir sobre ela, sobre o capital humano. Aí temos um modelo de vida social que intensifica o sofrimento psíquico, mas também uma difusão dos cuidados com a saúde mental a nível individual: meditação, ioga, exercícios físicos, qualidade de vida e sono. Desse modo, não temos nenhuma mudança de paradigma para tratar a saúde mental. No capitalismo, cada um é responsável por gerenciar a própria saúde mental, num investimento que deve trazer retornos futuros. (CORBANEZI, 2021)

Costa e Silva (2020, p. 12) são outros autores que também observam como o sistema capitalista incentivou e fez surgir estratégias de defesa particulares, ou seja, mecanismos de defesa escolhidos para os sofrimentos psíquicos causados pela exaustão.

Nesse sentido, a individualização e o rompimento dos trabalhadores com a ação coletiva foi uma das principais derrotas dos trabalhadores na nova ordem neoliberal. Isso porque “[...] Na sociedade neoliberal, a única autoridade passa a ser o mercado e suas demandas, com todos passando a se instrumentalizar para servir a demanda insaciável do Deus-mercado” (CASULO, 2018 apud COSTA; SILVA, 2020, p. 12-13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos apresentados neste trabalho, foi possível desenvolver eixos de grande importância para realizar o debate sobre saúde mental do universitário brasileiro. Através da utilização de pesquisas bibliográficas e sendo baseado no método histórico dialético produzido por Marx, conseguimos compreender como todo o meio social é mediado pelo sistema capitalista e sua produtividade.

Ao analisar toda a trajetória educacional brasileira, sendo ela mercantilizada e precarizada, conseguimos observar como essas transformações trouxeram mais formas de exploração do trabalhador. O estudante inserido na universidade como um espaço de produção de conhecimento e que abre as portas para o mercado de trabalho vê sua saúde mental cada vez mais atingida, principalmente no contexto pandêmico que estamos vivenciando.

para compreensão de formas particulares de sofrimento e adoecimento, como o sofrimento psíquico, é fundamental a compreensão da produção social das dimensões biológica e psíquica humanas. Isto é, os processos pelos quais as relações sociais, a história, a cultura subsumem – incluem e subordinam – o biológico. [...] a produção de doenças ocorre no plano coletivo, e, portanto, não se pode desvincular o estudo do processo saúde-doença do contexto social em que está inserido. Para tanto, é necessário analisar os processos estruturais de cada sociedade, decorrentes de determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 177)

A escolha por uma profissão está vinculada a precisão de uma busca de melhores condições de vida, além da demanda de atender as propostas do mercado de trabalho, causando assim pressões sobre o indivíduo e possíveis processos de adoecimento. A competição do sistema capitalista já tem início no próprio contexto universitário, onde a busca por bolsas de estudos, iniciações científicas, estágios – remunerados ou não –, por exemplo, visto que são vagas limitadas, podem causar angústia, sofrimento, incerteza e sensação de incapacidade no estudante.

Assim, a discussão da saúde mental se torna crucial, uma vez que a moderna sociedade capitalista continua a ser caracterizada por uma incompatibilidade entre, por um lado, a busca implacável da lucratividade do capital e, por outro, as necessidades essenciais das pessoas (COSTA et al, 2020, p. 5)

Para o enfrentamento do adoecimento mental torna-se necessário o desenvolvimento de projetos e atividades que visem o estímulo aos debates dada importância do tema, principalmente no contexto da pandemia e pós pandemia, pois o adoecimento mental já era tendência e intensificou-se com o período da Covid-19.

A formação universitária e futura relação profissional não devem andar junto ao adoecimento mental, mesmo que tenham inseguranças, conflitos, aflições, é importante que a sociedade cuide da saúde mental e a Universidade como um meio de relação social promova o cuidado aos docentes e discentes inseridos nela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES. V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiro. 2018. 316p. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>.

Agencia Brasil. Matéria intitulada “ Brasil chega a 28,7 milhões de casos e 649,3 mil mortes”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-02/brasil-chega-287-milhoes-de-casos-de-covid-19-e-6493-mil-mortes>. Acesso em: março/2021.

Almeida, J. S. P. D. (2015). **A saúde mental global, a depressão, a ansiedade e os comportamentos de risco nos estudantes do ensino superior: estudo de prevalência e correlação**. Tese (Doutorado em Ciências da Vida) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa – Portugal. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/2939>. Acesso em 28/08/2021.

BARROS, Rebeca Neri de. **Saúde Mental de Estudantes Universitários: o que está acontecendo nas universidades?**. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/33236>. Acesso em: 28/08/2021.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm.

CAMÍN, Eduardo. **Saúde mental, a “eterna” loucura do capitalismo**. Revista IHU, São Leopoldo, 05/08/2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601538-saude-mental-a-eterna-loucura-do-capitalismo-artigo-de-eduardo-camin>. Acesso em: 26/08/2021.

CAMPOS, G. R.; NETO, F. J. O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_12521.pdf. Acesso em: junho/2022.

Castioni, Remi et al. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial * * In Memorian: Dedicamos este texto à nossa co-autora, Daniela Lima Ramos, falecida durante o processo da presente publicação. . Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2021, v. 29, n. 111 [Acessado 16 Novembro 2021] , pp. 399-419. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903108>>. Epub 22 Feb 2021. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903108>.

CONCEIÇÃO, J. L. M. da. Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até sua expulsão. Revista Educação Pública. 2017; 3p.

CONJUVE. **Juventudes e a Pandemia do Coronavirus**. 2ª edição. Disponível em: https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_202107_02.pdf. Acesso em 28/08/2021.

CLACSO. “A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social”. Disponível em: clacso.org/a-pandemia-expoe-de-forma-escancarada-a-desigualdade-social/. Acesso em: maio/2022.

CORBANEZI, Elton Rogerio. **Saúde mental e depressão: a função política de concepções científicas contemporâneas**. Universidade Estadual de Campinas. 2015.

CORBANEZI, Elton Rogério. Matéria intitulada “**No capitalismo, cada um é responsável pela própria saúde mental**”. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/voce-ta-bem/capitalismo-e-saude-mental/>. Acesso em: 27/08/2021.

COSTA; Rosiane Oliveira da; SILVA, Alessandra Ximenes da. **Capitalismo e saúde mental**. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33150>. Acesso em: 29/08/2021.

DIEKMANN, L. E. O TRABALHO COMO PRÁXIS ORIGINÁRIA NA ALIENAÇÃO E PARA A EMANCIPAÇÃO SEGUNDO KARL MARX. Revista Urutáua, n. 38, p. 57-69, 12 ago. 2019.

FILARDI, A. M. B. Desenvolvimento do Reuni: crítica à sua implantação e sua relação econômica. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 563–582, 2014. DOI: 10.26512/lc.v20i43.4389. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4389>. Acesso em: 8 jun. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. Matéria intitulada “**Depressão é a maior causa de incapacitação do mundo, diz OMS**”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/03/1871343-depressao-e-a-maior-causa-de-incapitacao-no-mundo-diz-oms.shtml>. Acesso em: 29/08/2021.

G1. Matéria intitulada “**Brasil tem maior índice de universitários que declaram ter saúde mental afetada na pandemia, diz pesquisa**”. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/02/26/brasil-tem-maior-indice-de-universitarios-que-declaram-ter-saude-mental-afetada-na-pandemia-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 30/08/2021.

G1. Matéria intitulada “**Depois de tanta luta, precisei abrir mão da vaga na universidade: como a pandemia pode reduzir nº de jovens com diploma**”. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/14/impacto-pandemia-ensino-superior.ghtml>. Acesso em: Novembro de 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed, São Paulo: editora Atlas, 2002. 176 p.

GOMES, Carlos Fabiano Munir et al . Transtornos mentais comuns em estudantes universitários: abordagem epidemiológica sobre vulnerabilidades. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, Ribeirão Preto , v. 16, n. 1, p. 1-8, mar. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 ago. 2021. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.157317>.

GUSSO, Hélder Lima et al. ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIRETRIZES À GESTÃO UNIVERSITÁRIA. Educação & Sociedade [online]. 2020, v. 41 [Acessado 19 Novembro 2021] , e238957. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.238957>>. Epub 25 Set 2020. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES.238957>.

HOSPITAL SANTA MONICA. Matéria intitulada “Depressão entre os universitários: precisamos falar sobre o assunto”. Disponível em: <https://hospitalsantamonica.com.br/depressao-entre-universitarios-precisamos-falar-sobre-o-assunto/>. Acesso em: 28/08/2021.

IPEA. **ACESSO DOMICILIAR À INTERNET E ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA**. Edição 88. Agosto/2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10228/1/NT_88_Disoc_AcesDomInternEnsinoRemoPandemia.pdf. Acesso em: 14/11/2021.

LARA, Maria Gabriela. **O ignorado adoecimento mental dos estudantes universitários**. Pensar a Educação em Pauta. UFMG. Belo Horizonte, 14/02/2018. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/o-ignorado-adoecimento-mental-dos-estudantes-universitarios/>. Acesso: 25/08/2021.

LIMA, Maria das Graças; SOBRINHO, Aparecido Pires de Moraes. As mudanças no sistema educacional brasileiro: entre governos autoritários e democráticos. Geoinf: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, v. 9, n. 2, p. 90-114, 2017.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÈSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ªed, Petrópolis: editora Vozes, 2002. 80 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é a COVID-19?. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: junho/2022.

MINTO, L. W. A pandemia na educação: o presente contra o futuro? . Revista Trabalho, política e sociedade. V. 6, nº 10, p. 143-154, jan-jun/2021.

NETO, A. S. de A. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 76, n. 184, p. 699-734, set./dez. 1995.

NETTO, José Paulo, & BRAZ, Marcelo. São Paulo: Cortez, 2006. Biblioteca básica de serviço social; v. 1; 258p.

Nogueira-Martins, L. A., & Nogueira-Martins, M. C. F. (2018). **Saúde Mental e Qualidade de Vida de estudantes universitários**. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 7(3), 334-337. doi: 10.17267/2317-3394rps.v7i3.2086.

OPAS. Matéria intitulada “**Depressão**”. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 28/08/2021.

OPAS. Matéria intitulada: “Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo”. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)..](https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20(OMS)..) Acesso em: maio/2022.

O POVO MAIS. Matéria intitulada “Ensino Superior na pandemia: o desafio de implementar inovações sem perder na aprendizagem”. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2021/06/11/ensino-superior-na-pandemia--o-desafio-de-implementar-inovacoes-sem-perder-na-aprendizagem.html>. Acesso em: junho/2022.

OXFAM. Matéria intitulada: “A epidemia de desigualdade no Brasil”. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/>. Acesso em: maio/2022.

PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233p. ISBN 978-85-7983-038-9.

PEBMED. Matéria intitulada “**Coronavírus: tudo o que você precisa saber sobre a nova pandemia**”. Disponível em: <https://pebmed.com.br/coronavirus-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-nova-pandemia/>. Acesso em: 15/08/2021.

_____. Matéria intitulada “**Saúde mental e Covid-19: universitários são os mais afetados pela pandemia**”. Disponível em: <https://pebmed.com.br/saude-mental-e-covid-19-universitarios-brasileiros-sao-os-mais-afetados-pela-pandemia/>. Acesso em 02/11/2021.

PERÉZ, Karine Vanesa; BRUN, Luciana Gisele; RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes. SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: DESAFIOS E PRÁTICAS. Trab.En(Cena), Palmas-TO, Brasil, 2019, v4n2, pp.357-365.

ROSA, et. al. O impacto da covid-19 na saúde mental dos estudantes e o papel das instituições como fator de promoção e integração. Revista Práxis | Novo Hamburgo | a. 18 | n. 2 | mai./ago. 2021

SANTOS, Simone Aparecida dos. UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES DO ADOECIMENTO MENTAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Ouro Preto, 2021.

SAVIANI, D.Trabalho E Educação:Fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, jan/abr. 2007.

UFMG. “O que é Saúde Mental?”. Disponível em: <https://www.ufmg.br/saudemental/saude-mental/o-que-e-saude-mental/>. Acesso em: 18/08/2021.

UFOP. Matéria intitulada “Aprovada ampliação para 100% das atividades presenciais na UFOP em março de 2022 e exigencia de vacinação.” Disponível em: <https://ufop.br/noticias/institucional/aprovada-ampliacao-para-100-das-atividades-presenciais-na-ufop-em-marco-de>. Acesso em: março/2022

UOL. Matéria intitulada: “MEC anuncia vagas do SiSU e ProUni 2022/1. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/mec-anuncia-vagas-do-sisu-e-prouni-2022-1/352020.html#:~:text=J%C3%A1%20o%20ProUni%202022%2F1,Grande%20do%20Sul%20e%20Bahia>. Acesso em: junho/2022.

UOL. Matéria intitulada: “O Prouni fora dos eixos”. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-prouni-fora-dos-eixos/>. Acesso em: junho/2022.

VEIGA, Dean Fábio Gomes. **ISTVAN MÉSZÁROS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO**. XI Congresso Nacional de Educação. 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9547_6143.pdf. Acesso em: 25/08/2021.

VENTURA, Camila Maria. O adoecimento dos discentes na Universidade Federal de Ouro Preto. UFOP, 2018.

Viapiana, Vitória Nassar, Gomes, Rogério Miranda e Albuquerque, Guilherme Souza Cavalcanti de. **Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença**. Saúde em Debate [online]. 2018, v. 42, n. spe4 [Acessado 23 Agosto 2021] , pp. 175-186. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>.

VIPIANA, Vitória Nassar; GOMES, Rogério Miranda; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti. Adoecimento psíquico na sociedade

contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. Saude debate. Rio de Janeiro, v. 42, p. 175-186, 2018.